

LEI ORDINÁRIA Nº 1052

de 13 de dezembro de 2013

**Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de
2014 e dá outras providências.**

*PREFEITO MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, ESTADO DE
MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,*

Art. 1 ° Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2014, nos termos do § 5º do art. 165 da Constituição Federal, do art. 5º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, das normas da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 e do art. 119 da Lei Orgânica do Município, compreendendo o orçamento fiscal e da seguridade social, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta.

Art. 2º A receita orçamentária, a preços correntes e conforme legislação tributária vigente é estimada em R\$ 47.371.076,34 (quarenta e sete milhões, trezentos e setenta e um mil, setenta e seis reais e trinta e quatro centavos), desmembrada da seguinte forma:

I - Orçamento Fiscal em R\$ 29.902.478,53;

II - Orçamento da Seguridade Social em R\$ 17.468.597,81.

Art. 3º As receitas orçamentárias são estimadas por categoria econômica e fonte, conforme disposto nos anexos correspondentes e será realizada com base no que for efetivamente arrecadado, na forma da legislação em vigor.

Art. 4º A despesa orçamentária, fixada no mesmo valor da receita estimada, desdobrada na forma disposta nos anexos integrantes desta Lei, sendo especificada por funções de governo e por órgãos e unidades orçamentárias, nos seguintes agregados:

1 - Orçamento Fiscal em R\$ 29.902.478,53 (vinte e nove milhões novecentos e dois mil, quatrocentos e setenta e oito reais e cinquenta e três centavos);

II - Orçamento da Seguridade Social em R\$ 17.468.597,81 (dezessete milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, quinhentos e noventa e sete reais e oitenta e um centavos).

Art. 5º Integram a presente Lei os anexos constantes do art. 5º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 e aqueles dispostos no art. 2º da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar as despesas ao efetivo comportamento das receitas com a

finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de 2014, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30 % (trinta por cento) do total das despesas constantes dos elementos que integram esta Lei, utilizando como fontes de recursos aquelas referidas nos incisos I a III do § 1º do art. 43 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. Excluem-se da base de cálculo do limite a que se refere o "caput" deste artigo, na forma da legislação vigente, os valores:

I - destinados a atender despesas com pessoal e encargos sociais;

II - destinados a atender Precatórios Judiciais e pagamento de amortizações e juros da dívida fundada e flutuante;

III - atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em Programas de Trabalho das funções saúde, assistência social e manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 8º Conforme disposto na Lei nº 1045, de 17 de julho de 2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, o valor da reserva de contingência e de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para atendimento ao disposto no inciso III do art 5º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, bem como ao atendimento ,de despesas com dotação insuficiente.

Art. 9º Em cumprimento ao que determina o artigo 29-A da Constituição Federal. o poder Executivo Municipal se obriga a suplementar ou deduzir o Orçamento Geral da Câmara Municipal, em até 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício de 2013, tendo como base a receita efetivamente arrecadada no exercício de 2013, com índices fixo de 7% (sete por cento), devendo ser repassado em parcelas iguais e mensais, até no máximo dia 20 de cada mês.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1 de janeiro de 2014.

Lei Ordinária Nº 1052/2013 - 13 de dezembro de 2013

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em